

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO:

Caminhos e perspectivas

Marcelo Brito dos Santos¹**RESUMO:**

O presente texto tem por objetivo geral apresentar as concepções teóricas e pedagógicas curriculares no processo de formação da pessoa com deficiência intelectual para o trabalho numa escola de educação especial de Campo Grande, MS, trata-se de uma pesquisa que parte de uma abordagem qualitativa descritiva dos objetivos estabelecidos. Os procedimentos técnicos basearam-se em pesquisa bibliográfica para coleta dos dados, teve-se como resultados a sistematização dos dados e a experiência vivenciada o que nos permite observar que a perspectiva pedagógica adotada de formação e organização curricular têm suas concepções baseadas na pedagogia histórico-critica e psicologia histórico-cultural, ambas fundamentada no materialismo histórico-dialético. Conclui-se que o processo de formação para o trabalho e inclusão da pessoa com deficiência intelectual é um importante caminho para o seu desenvolvimento sociogenético e microgenético, porém estas condições não são imediatas, mas construídas baseado numa organização curricular que propicia a formação de conceitos científicos que se arraigam a práxis cotidiana dos sujeitos.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Formação. Trabalho. Inclusão.

ABSTRACT:

The general objective of this text is to present the theoretical and pedagogical concepts of the curriculum in the process of training people with intellectual disabilities for work in a special education school in Campo Grande, MS, it is a research that starts from a descriptive qualitative approach established objectives. The technical procedures were based on bibliographic research to collect the data, the results were the systematization of the data and the lived experience, which allows us to observe that the pedagogical perspective adopted for training and

¹ Professor Geografia, mestrando em educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), gerente pedagógico do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual - CAPDV/SED-MS.

curricular organization has its conceptions based on the historical criticism and historical-cultural psychology, both based on historical-dialectical materialism. The conclusion is that the process of training for work and inclusion of people with intellectual disabilities is an important path for their socio-genetic and microgenetic development, however these conditions are not immediate, but built based on a curricular organization that allows the formation of scientific concepts that take root in the subjects' daily praxis.

Keywords: Intellectual Disability. Formation. Job. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A exclusão das pessoas com deficiência se apresenta ao longo do processo histórico, segundo Bianchetti (1998) desde as sociedades primitivas, pois

(...) características básicas desses povos era o nomadismo, sendo que o atendimento das suas necessidades estava totalmente na dependência do que a natureza lhes proporcionava, como por exemplo, a caça e a (...) e as cavernas para se abrigar (BIANCHETTI, 1998, p. 28).

Fica evidente a falta de controle dos seres humanos sobre a natureza, e em razão disso, precisava deslocar-se com frequência exigindo de cada sujeito do grupo encontrar alternativas de sobrevivência e para colaborar com o coletivo. Os que não apresentavam condições eram um entrave, por isso eram condenados ao abandono.

Adiante nas sociedades escravistas temos a separação entre os homens livres e os escravos. Ressalta-se nesse período as guerras como elemento relevante e em razão dela havia uma supervalorizou o corpo. Segundo BIANCHETTI (1998), ao nascer, a criança que apresentasse qualquer problema que fosse contra o *status quo*, era eliminada.

No feudalismo há uma substituição da concepção grega pela teologia cristã, a qual divide o ser humano em corpo e alma. Nesse paradigma, o sujeito que não se adequasse ao padrão teve o direito à vida, contudo tornou-se alvo do pensamento moralizador cristão, sendo associado ao peso do pecado. O corpo era entendido como



o abrigo da alma, mas detentor caráter diabólico, passível de exorcismo, de purificação ou de cura.

Na transição do sistema feudal para o capitalismo existem muitas transformações na ordem social que impactam na constituição dos diversos sujeitos.

A forma de propriedade dos meios de produção e a relação de trabalho existente caracterizam os períodos históricos. Com o estabelecimento das sociedades classistas, a história da humanidade passou a ser determinado a partir do desenvolvimento das contradições entre as antagônicas classes, presente em cada modo de produção. (Carvalho e Orso, 2006, p.157)

A burguesia, a partir do séc. XVI passa a consolida todo o seu ideário liberal, ou seja, a mercantilização e acumulação. O século XVIII vai se caracterizar pela prevalência da máquina, e o ritmo do corpo passa a se sujeitar à velocidade imposta pela produção em série.

Adiante essa organização do trabalho declinará, cedendo espaço a um, segundo BIANCHETTI (1998, p. 39) a um “novo paradigma de produção, assentado na integração e na flexibilidade dos sistemas produtivos, onde potencialmente estariam dadas as condições para todos os homens e mulheres desfrutarem igualmente dos avanços e conquistas da ciência e da tecnologia, a partir da objetivação da inteligência humana nas máquinas”.

Este faz referencia à contemporaneidade percebendo a influência das diversas visões históricas apresentadas que se associam às contradições do capitalismo produtor da exclusão em massa e precariza as relações humanas na medida em que torna tudo e todos suscetíveis à lógica do mercado.

Por meio da convivência social se dá o processo de apropriação dos conceitos espontâneos o qual se constitui no processo de humanização dos sujeitos. Este processo de transmissão de toda cultura humana produzida historicamente, o sujeito se apropria dos valores, comportamentos e conhecimentos elaborados pelo conjunto dos homens, passados de uma geração à outra. Porém, Leontiev (1978) por meio dos

seus estudos nos diz que as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não estão dadas de forma inata, mas passam por um processo de apropriação a qual necessita da interação e intermediação de outros seres humanos mais capazes.

Por isso, nesta perspectiva, o processo de desenvolvimento humano se dá pela internalização/apropriação de todas as objetivações produzidas por meio do trabalho humano. Para Leontiev (1978, p.262) “este processo realiza-se na atividade que o *sujeito*² emprega relativamente aos objetos e fenômenos do mundo circundante, nos quais se concretizam estes legados da humanidade”.

Para tanto, Saviani (1984) evidencia que a educação precisa superar tanto o poder ilusório das teorias não-críticas, que desconhecem as determinações sociais no processo educativo, assim como a impotência das teorias crítico-reprodutivistas, as quais têm uma compreensão da dependência da educação em relação à sociedade limitando-se a uma análise da reprodução.

Promover a inclusão não é somente garantir a matrícula da pessoa com deficiência intelectual na escola, mas proporcionar condições de aprendizagem por meio de métodos, recursos e um currículo adaptado e flexível. Desta forma a acessibilidade pode ser definida como condição de ingresso e uso de determinado lugar.

Portanto, o currículo não pode ser fechado e rígido, sob pena de ser inoperante no que se refere à preparação do estudante com deficiência intelectual para agir no mundo do trabalho. O processo de formação para o trabalho busca desenvolver um uma formação na perspectiva integral que dialoga com seus anseios humanos, sociais, políticos e culturais.

O processo de formação levará em consideração a história social inicial dos sujeitos, de modo que se conheça o desenvolvimento real, a partir deste ponto serão traçadas as metas que apontam o potencial e caminhos a serem percorridos. Por isso,

² Inserido pelo autor.

ponto relevante, do processo é a avaliação formativa que garante os resultados e correção de rumos ao longo do caminho.

Pessoa com deficiência: mundo do trabalho, currículo, ensino-aprendizagem e práxis

O ser humano é em potencial um trabalhador, pois o trabalho se constitui numa atividade vital. É a fonte de objetivação do ser humano e através dele transformamos o mundo e nos transformamos, como sujeitos sociais. O trabalho define a condição humana e situa a pessoa no complexo conjunto das representações sociais, definindo a posição do homem nas relações de produção, nas relações sociais e na sociedade como um todo.

A educação profissional tem por objetivo a inserção efetiva da pessoa com deficiência na sociedade por meio do trabalho, proporcionando-lhe um conjunto de habilidades para que possa atuar de forma autônoma, tendo domínio básico das novas tecnologias e conhecimento sobre as possíveis atividades profissionais que poderá desenvolver.

Mas antes que possamos tecer qualquer consideração acerca da importância da afirmação no parágrafo inicial cabe-nos olhar a realidade de forma mais objetiva. Pois ao olharmos os resultados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Cartilha do Censo 2010) verificasse a existência de 45 milhões e 600 mil pessoas com algum tipo de deficiência em todo o país. Em relação ao Censo Demográfico anterior, realizado em 2000, há um crescimento considerável no número de pessoas que se declararam com algum tipo de deficiência ou incapacidade. Naquela ocasião, 24.600.256 pessoas, ou 14,5% da população total, assinalaram algum tipo de deficiência ou incapacidade. De acordo com o IBGE esses dados são considerados preliminares, pois ainda não foram submetidos a todos os processos de crítica inerentes ao Censo Demográfico 2010. Mesmo com esta ressalva, para a variável "deficiência", os números globais para o Brasil e os Estados podem ser considerados como praticamente consolidados, ficando para divulgação posterior o detalhamento

das informações (sexo, gênero, faixa etária e outros), além dos indicadores dos municípios.

Ainda de acordo com o Censo 2010, apesar da exigência legal de cotas para trabalhadores com deficiência, a participação deles no mercado de trabalho, em 2010, ainda era baixa quando comparada ao percentual de pessoas sem deficiência na população em geral. Do total de 86,4 milhões de pessoas, de 10 anos ou mais, ocupadas, 20,4 milhões eram pessoas com deficiência, 23,6% do total. Em 2010, havia 44.073.377 pessoas com pelo menos uma deficiência em idade ativa, mas 23,7 milhões não estavam ocupadas.

No Mato Grosso do Sul vivem 526.672 pessoas com deficiência, representando 21,51% da população de todo o Estado (Cartilha do Censo 2010). E de acordo com o Radar SIT do Ministério do Trabalho que nos traz informações estatísticas sobre a reserva legal de vagas para pessoa com deficiência e reabilitados, Lei n. 8.213/91, foram oferecidas em 2018 em Mato Grosso do Sul 4.683 vagas para pessoas com deficiência e reabilitados. Porém, destas foram ocupadas 1.570(33,53%) deixando um déficit de 3.113(66,47%) vagas.

Percebe-se que a cada 10 pessoas com deficiência e reabilitados 06 não conseguem ocupar as vagas legais. Os dados apresentados nos trazem muitas perguntas, umas delas dizem respeito aos processos de formação e preparação para o trabalho destas pessoas. Aqui fazemos um recorte específico à pessoa com deficiência intelectual. Visto que os processos de escolarização e formação para o trabalho impactam diretamente neste público, pois carecem de uma preparação por um tempo maior baseado num currículo adaptado e flexível que busca a formação de conceitos científicos associados com uma práxis pedagógica que possibilite aproximações com a realidade do mundo do trabalho.

Importante considerar que o mundo do trabalho é diferente do mundo produtivo. Enquanto o primeiro refere-se ao trabalho como expressão humana de conteúdo cultural, o segundo vincula-se ao trabalho como expressão de mercado. Por

isso a educação para o trabalho é considerada estratégica para a construção da cidadania das pessoas, pois ela não é tida como simples aprendizagem de habilidades técnicas durante certo período de tempo, num determinado nível de ensino e para um determinado tipo de tarefa. Ela deve se estender por toda a vida do cidadão aprimorando a sua inserção no mundo do trabalho e na sociedade.

Atualmente os programas de formação para o trabalho das instituições especiais têm se constituído como a única possibilidade de acesso das pessoas com deficiência à formação para o trabalho. Podemos verificar isto ao olharmos as escolas destinadas à formação profissional na sociedade em geral, pois de acordo com o Senso 2010 não houve nenhuma nova matrícula de pessoa com deficiência nestas escolas. Outro fator preponderante é o fato de a maioria delas se localizarem na iniciativa privada dificultando ainda mais o acesso em razão da baixa renda da maioria das famílias. É um círculo vicioso que necessita ser quebrado democratizando de fato o acesso.

Currículo: história, concepção e perspectiva

É importante antes de entrarmos nas questões pertinentes à concepção de currículo que adotamos tecer algumas considerações do ponto de vista da história recente do Brasil que alteraram por um tempo a concepção de educação para o trabalho vigente. Ressaltamos aqui as consequências do que ocorreu no contexto das reformas estruturais na década de 1990, articulada às forças produtivas, tendo como foco sua mercantilização, sob relações sociais capitalistas, em afinidade com os ajustes orientados pelos organismos internacionais. O Banco Mundial, principal financiador das reformas, atribui à educação brasileira características econômicas, fundamentadas, sobretudo, em indicadores financeiros, considerando fortemente seu custo-benefício. Nesse sentido, definiu como tática de ação, visando à consecução de suas políticas, a retração do papel do Estado e a redução dos gastos com educação tornaram-se decisivos para o alcance desses objetivos. Foi imposta à educação no país,

a lógica da eficiência, da funcionalidade, da racionalização na aplicação dos recursos, da gestão desempenhada por meio de métodos empresariais.

Passaram a imperar a urgência e a funcionalidade em relação à formação do trabalhador, que precisou se tornar polivalente e adaptável ao mercado num mundo do trabalho marcado pelo desemprego e trabalho precarizado. Foram introduzidas no país as reformas educacionais que, segundo o discurso neoliberal, seriam indispensáveis à empregabilidade e à competitividade. Neste contexto temos como principal aparato jurídico sustentador da Reforma da Educação Profissional o Decreto Nº 2.208/97, cuja característica principal foi a desvinculação da educação básica e técnica. O argumento utilizado foi que eram cursos caros e que não davam retorno ao mercado em termos de inserção dos egressos em suas respectivas áreas de formação.

O decreto reforçou o dualismo entre formação geral e a formação profissional, característico da educação profissional brasileira, mantendo em sua estrutura a separação entre formação geral – propedêutica – e a formação técnica destinada à inserção imediata. Como consequência a reforma da educação profissional, transformou a oferta de cursos técnicos dissociados da educação básica, a serem oferecido em larga escala, por instituições privadas, o que caracterizou uma verdadeira mercantilização institucional e pedagógica.

O principal impacto verificado neste período foi o adestramento técnico da mão-de-obra visando à competitividade. O que coloca a pessoa com deficiência bem distante do mercado de trabalho, pois os cursos oferecidos não prevêem currículos com as devidas flexibilizações e/ou sequer vagas nos mesmos. O principal reflexo e desafio é a desarticulação, portanto, da educação básica da educação profissional esta com enfoque tecnicista e concentrado no setor privado.

Por outro lado, percebe-se nas instituições que preparam a pessoa com deficiência para o trabalho a ausência de uma estrutura formal, tais como currículo e atividades pedagógicas organizadas de forma sequencial e gradual. Portanto, se faz necessário pensar um currículo para formação da pessoa com deficiência que visa uma

formação geral e específica com vistas a sua inclusão no trabalho e empregabilidade, haja vista a dinamicidade posta no mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos artigos 36, §2º e 39 a 41 e os Decreto Nº 5.154 de 2004 e o 11.741 de 2008 regulamentam os referidos artigos citados dando novo ordenamento à oferta da educação profissional concomitante com a Educação Básica. Importante ressaltar aqui a articulação da educação profissional com a modalidade de ensino para jovens e adultos que não conseguiram alcançar em tempo próprio a respectiva escolarização quebrando com a dicotomia existente anteriormente.

A educação profissional pode ser considerada como estratégia para a construção da cidadania das pessoas em geral, pois não é tida como simples aprendizagem de habilidades técnicas durante certo período, num determinado nível de ensino e para um determinado tipo de tarefa. Ela deve se estender por toda vida do cidadão que já trabalha, melhorando a sua inserção no mundo do trabalho e na sociedade.

O currículo deve, portanto, ser construído a partir do conjunto das relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores, setor produtivo e a sociedade. Nesta construção, precisam-se levar em consideração os conhecimentos, as experiências dos sujeitos bem como suas diversidades.

Ensino-aprendizagem: práxis e inclusão

Para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem toma-se como marco referencial epistemológico a teoria dialética do conhecimento, tanto para fundamentar a concepção metodológica de ensino, bem como o processo de planejamento das práticas pedagógicas na sala de aula.

O motivo pelo qual esta perspectiva se faz presente se dá em razão de que

(...) o conhecimento se origina na prática social dos homens e nos processos de transformação da natureza por eles forjados. (...)

agindo sobre a realidade os homens a modificam, mas numa relação dialética, esta prática produz efeitos sobre os homens, mudando tanto seu pensamento, como sua prática. (CORAZZA, 1999, p.84)

O conhecimento resulta do trabalho humano no processo histórico de transformação do mundo e da sociedade, através da reflexão sobre esse processo. O conhecimento, portanto, como fato histórico e social supõe sempre continuidade, rupturas, reelaborações, reincorporações, permanências e avanços.

O processo pedagógico deve possibilitar aos nossos estudantes, através do processo de abstração, a compreensão da essência dos conteúdos a serem estudados, a fim de que sejam estabelecidas as ligações internas específicas desses conteúdos com a realidade global, com a totalidade da prática social e histórica. Esse é o caminho por meio do qual o estudante passa do conhecimento empírico ao conhecimento teórico-científico, desvelando os elementos essenciais da prática imediata do conteúdo e situando-o no contexto da totalidade social.

O método dialético de construção do conhecimento se desenvolve em círculos concêntricos e crescentes, possibilitando ao estudante a busca contínua de novos conhecimentos, novas práticas. É uma concepção metodológica que propõe um equilíbrio entre teoria e prática e os processos indutivos e dedutivos na construção do conhecimento.

A prática é o ponto de partida e de chegada ao campo da criação do conhecimento, a práxis (ação-reflexão-ação) daí advinda, além de transformar a realidade social, forma e transforma o próprio sujeito fazedor-pensador destas práxis.

Assumir essa teoria do conhecimento no campo da educação significa trabalhar um conhecimento científico e político comprometido com a criação de uma sociedade democrática e uma educação política.

As três fases do método dialético de construção do conhecimento – prática, teoria, prática -, partindo do nível de desenvolvimento atual dos alunos, trabalhando na zona de seu desenvolvimento imediato, para chegar a um novo nível de desenvolvimento atual, conforme a Teoria Histórico-cultural, de Vygotsky, constituem

as três partes desta proposta, que se desdobram nos passos da pedagogia Histórico-Crítica, conforme, Saviani em seu livro *Escola e democracia*.

Portanto, estabelecemos como processo didático do método dialético de construção do conhecimento a ser considerado, nos processos de planejamento do professor, os seguintes passos, conforme Gasparin (2002): Prática Social Inicial do conteúdo; Problematização; Instrumentalização; Catarse e Prática Social Final do Conteúdo.

A prática social inicial do conteúdo objetiva a priori a mobilização do aluno em relação ao objeto, sendo fundamental a existência de diálogo entre professor e aluno, por meio disso o professor pode e deve estimular o estudante para o estabelecimento de correlação entre o conteúdo estudado e sua realidade vivida enquanto sujeito de uma composição social pois:

[...] traduz a compreensão e a percepção que perpassam todo o grupo social. Evidentemente, a expressão dessa prática dá-se por um indivíduo que a apreendeu subjetivamente, utilizando filtros pessoais e sociais. Todavia, essa expressão não é dele, mas do grupo que manifesta sempre as determinações e apreensões do todo social maior. Por isso, ela se apresenta sempre como uma prática próxima e remota ao mesmo tempo. (GASPARIN, 2002: p.22).

Dessa forma, a Problematização busca a constatação dos “... principais problemas postos pela prática e pelo conteúdo, debatendo-os a partir da visão do aluno. Desenvolve, ainda, o processo de transformar o conteúdo formal em desafios, em dimensões problematizadoras” (GASPARIN, 2002: p.10). Na problematização são lançadas as questões que propiciam a mediação entre a prática, e a teoria, “É o momento que se inicia o trabalho com o conteúdo sistematizado” (GASPARIN, 2002; p.35).

Com a Instrumentalização tem se a consolidação do conhecimento científico, por meio das ações didático-pedagógicas com vistas a aprendizagem, quando os estudantes devem apropriar-se do conhecimento (GASPARIN, 2002). Importa frisar

que as etapas se complementam e se articulam de maneira não excludente uma vez que “O processo ocorre sem a destruição do conhecimento anterior, uma vez que o novo conhecimento, mais elaborado e crítico, são sempre construídos a partir do já existente” (GASPARIN, 2002: p.55).

A etapa da Catarse, ou a expressão elaborada da nova forma de entender o conhecimento aprendido, define-se como:

[...] a demonstração teórica do ponto de chegada, no nível superior que o aluno atingiu. Expressa a conclusão do processo pedagógico conduzido de forma coletiva para a apropriação individual e subjetiva do conhecimento. É o momento do encontro e da integração clara e consciente da teoria com a prática na nova totalidade. (GASPARIN, 2002: p.131).

A articulação orgânica da teoria com a prática é demonstrada por meio do processo avaliativo, onde o aluno expressa o quanto sua prática foi transformada pela teoria.

O último passo é a Prática Social Final do Conteúdo, é o retorno a Prática Social Inicial só que repensada pelo conteúdo, pode ser resumida segundo Gasparin como:

[...] a nova maneira de compreender a realidade e de posicionar-se nela, não apenas em relação ao fenômeno, mas à essência do real do concreto. É a manifestação da nova postura prática, da nova atitude, da nova visão do conteúdo no cotidiano. É, ao mesmo tempo, o momento da ação consciente, na perspectiva da transformação social, retornando à Prática Social Inicial, agora modificada pela aprendizagem. (GASPARIN, 2005; p. 147).

Podemos entender que esse retorno a Prática Social Inicial de forma repensada, configurado na Prática Social Final dos Conteúdos, como um processo de dialética e negação do estágio inicial. Isso porque na prática final verifica-se a transformação da mesma perante a prática inicial, que ao ser confrontado com o conhecimento científico se mostrou substituível sendo transformada pelo aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição humana não se reproduz de forma natural, pois somos seres sociais. O desenvolvimento das potencialidades só será possível a partir de condições materiais específicas. Ou seja, o indivíduo seja com deficiência ou não só atingirá suas potencialidades se a ele for dada as condições necessárias a este desenvolvimento. O processo de formação para o trabalho e inclusão da pessoa com deficiência intelectual é um importante caminho para o seu desenvolvimento sociogenético, porém estas condições não são imediatas, mas construídas nas relações postas em sociedade e em processos formais de educação. Pois o processo de escolarização é responsável por avançar o desenvolvimento das potencialidades do ser, mas que só se completará no processo inclusão social.

Portanto, é um caminho que ao ser percorrido pelo sujeito lhe oferece várias possibilidades, mas que dependerá das condições que estão a sua disposição. Cabe a escola e ao processo de formação para o trabalho desenvolver as potencialidades do sujeito por meio da apropriação das formas mais desenvolvidas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. [S.l.: s.n.] 1970.

APAE, **Educação Profissional**. Belo Horizonte, MG: 2000.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Série Educação Especial).

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 21-51.

BRASIL. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. d. – Brasília: TEM, SIT, 2007.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. 1988. São Paulo: 2005.

BRASIL. *Decreto n. 3298 de 20 de dezembro de 1999*.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (TEM) – **Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência: coletânea.** Brasília: TEM, SIT/ DSST, 1999.

CARDOSO, M. C. F. (1997). Abordagem Ecológica em Educação Especial: **Fundamentos básicos para o currículo.** Brasília: MEC/CORDE.

CARTILHA DO CENSO 2010 – **Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

CORAZZA, S.M. Currículo como modo de subjetivação do infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 22., 1999, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 1999.

FENAPAES. APAE educadora - a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais. Brasília: FENAPAES, 2001.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis.** São Paulo: Cortez, 1995.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica.** Campinas: Autores Associados, 2002.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1978.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre univerdades.** São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1984. (Polêmicas do nosso tempo).

SOUZA, Vera Lúcia Pereira. **Educação Especial: Oficinas Pedagógicas. Educação Profissional para os Alunos com Deficiência Intelectual Significativa.** SEED. 2010.

Radar SIT. **Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil.**
<https://sit.trabalho.gov.br/radar/> em 13/12/2020.

VIGOTSKY, L.S. **El niño ciego.** In obras completas. Tomo V. Habana: Cuba, 1989.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012.